

Mário Murteira

A economia colonial portuguesa em África (1930-1975)*

1. A POLÍTICA ECONÓMICA DO ESTADO NOVO NAS COLÓNIAS

Só na segunda metade do séc. XIX se estruturaram e consolidaram os contornos do império colonial português em África. Por seu turno, e pondo agora de lado os pequenos territórios insulares, pode dizer-se que a definição desses contornos resultou mais de partilhas e compromissos com grandes potências coloniais, do que do reconhecimento de espaços dotados de características culturais e naturais relativamente homogéneas. Neste sentido, pois, pode dizer-se que foi o colonialismo, e não só o português, que moldou o traçado das futuras economias nacionais africanas e, por esse facto, a correspondente «dotação» de recursos naturais e humanos.

Isto significou, por exemplo, que a delimitação das fronteiras de Moçambique fosse particularmente artificial, originando um país de longo litoral e reduzido "hinterland", separado de um contexto regional económico e culturalmente mais coerente.

Angola, por seu turno, só adquiriu identidade — aliás, muito precária, como se viu depois da independência — por via da presença colonial portuguesa num território povoado por grupos étnicos bem diferenciados e mesmo hostis, com diversas histórias e culturas.

O caso da Guiné Bissau é talvez o mais impressionante de todos, tendo em conta a grande diversidade étnica num exíguo território equivalente a um terço do continente português e o artificialismo das fronteiras com os países vizinhos, designadamente, o Senegal.

Torna-se necessário evocar estes factos, que se situam fora do campo da nossa análise, como introdução ao estudo da economia colonial portuguesa, por uma razão simples e básica: o período em referência, em que se define

* O presente texto é parte da contribuição do autor para o último volume da História da Expansão Portuguesa, obra em curso de publicação editada por Chauduri e Bettencourt. O autor agradece a Joana Pereira Leite sugestões e comentários que o ajudaram na elaboração desta análise.

e pratica a política colonial do Estado Novo, é afinal o período em que se criam, ou pelo menos decisivamente se configuram, os fundamentos estruturais das novas economias africanas que surgem da descolonização portuguesa. Em palavras mais simples: neste contexto, a presença colonial do «Estado Novo» foi o berço daquelas economias africanas.

Esta circunstância, entre outras, poderá ter contribuído para um dos fenómenos mais salientes da economia mundial nas últimas décadas, e a que faremos oportunamente referência: a marginalização da África em flagrante contraste com a evolução ascendente de um número crescente de economias asiáticas, facto que determinou o que designámos por «desoci-dentalização» do crescimento económico mundial (Murteira, 1995).

Na maior parte do séc. XIX, a presença «portuguesa» em África exprime-se em larga medida por senhores da guerra locais, negreiros e traficantes, sem domínio efectivo de um poder político, económico e militar da Metrópole. As grandes expedições militares de finais do século têm exactamente por objectivo afirmar a presença de Portugal em territórios disputados por grandes potências.

No tempo da República, apesar das boas intenções e dos ideais generosos de alguns governantes da época, e da efectiva capacidade estratégica de figuras como Brito Camacho em Moçambique e Norton de Matos em Angola (Newitt, 1980), a instabilidade e consequente fragilidade do poder político de Lisboa não poderiam permitir o exercício continuado duma política colonial, não esquecendo as tremendas dificuldades que sempre haveria a deifrontar por parte duma metrópole tão exígua de recursos de toda a ordem face à extensão e dispersão das suas colónias.

Tudo isto deve ser lembrado para apoiar a seguinte afirmação: é o regime de Salazar que tem o projecto e o poder necessários para pretender implantar um certo modelo centralizado e burocratizado de economia colonial.

Por outras palavras ainda: há uma «economia colonial portuguesa» em África, em parte projecto nunca realizado, em parte, parcial e transitivamente conseguida, que se identifica com o regime de Salazar e que com ele soçobra.

Importa começar por caracterizá-la nos seus traços mais relevantes, quer na sua formulação inicial, quer nas adaptações — que não foram, aliás, muito profundas — antes de abor darmos mais especificamente alguns dos seus aspectos em territórios determinados.

É necessário evocar, em primeiro lugar, certas características do sistema social e político do regime português da época.

Embora se tratasse de capitalismo, a associação capitalismo-economia de mercado, nos moldes hoje correntes no que temos designado por paradigma normativo da economia de mercado (Murteira, 1997), pouco ou nada tinha a ver com o regime de Salazar.

Existia capitalismo no sentido essencial do termo: isto é, o regime assentava na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do chamado «trabalho por conta de outrem» e justificava-se a si próprio pela defesa incondicional dessa propriedade. O que, entre outras consequências, permitia uma muito desigual repartição do rendimento entre classes sociais e justificava a proibição da associação sindical dos trabalhadores.

Mas tratava-se, ainda, de um capitalismo que se pretendia auto-centrado, relutante na abertura ao capital estrangeiro, e predominantemente orientado para a integração económica entre a Metrópole e as suas colónias.

Também não era permitida a livre emigração dos trabalhadores, mesmo quando a pressão da procura de mão-de-obra dos países desenvolvidos europeus determina uma emigração clandestina em larga escala, nos anos 60, ao contrário da intenção governamental — a de orientar excedentes demográficos da Metrópole para as colónias africanas.

Tudo isto implicava uma forte concentração de poder económico privado, que se acentuou na fase final do regime, já depois da morte de Salazar (Ramos dos Santos, 1977). Os principais grupos económicos dominantes, todos com expressão significativa no domínio financeiro — CUF, Champa-limaud, Banco Português do Atlântico, Espírito Santo, Banco Nacional Ultramarino, Borges, Burnay — tinham também relevante actividade nas colónias. Como seria de esperar, a expressão colonial desses grupos estava sobretudo ligada à exploração de recursos agrícolas e minerais: algodão, açúcar, café, petróleo, diamantes, etc. Os grupos portugueses tinham relações mais ou menos estreitas com o capital estrangeiro, designadamente o Espírito Santo, o BNU e o grupo CUF.

Nada disto sugeria, antes pelo contrário, a visão liberal da economia de mercado, o reconhecimento da concorrência como factor de inovação e eficiência económica. Ao mesmo tempo que o Estado renunciava ao exercício directo da actividade económica, reconhecendo o primado da «iniciativa privada», pretendia condicionar estreitamente o exercício dessa mesma actividade.

A ideologia corporativa justificava esta política em nome da conciliação de classes, do «bem comum», e acima de tudo, do «interesse nacional». Na prática, a ideologia de Salazar era nacionalista, antes do mais, e ao mesmo tempo conservadora da ordem capitalista existente, ao serviço dos interesses socio-económicos dominantes, e intervencionista na esfera da actividade económica.

Esse intervencionismo manifestava-se de múltiplas formas como o regime jurídico do «condicionamento industrial» que significava limitar o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades, ficando nas mãos da burocracia estatal diversos meios de regulação da economia. Esse condicionamento foi também estendido às colónias e permitiria, em princípio, uma localização

de capacidades produtivas conforme a uma estratégia de integração de todo o espaço económico controlado por Portugal.

Um outro aspecto relevante desse intervencionismo é a experiência dos «Planos de Fomento», encetada em 1953, também alargada às colónias, experiência que serviu ao menos de espaço de reflexão estratégica em matérias de política económica e social que não eram muitas vezes acessíveis à opinião pública, se de tal opinião se pode falar num país onde a informação era controlada por um sistema rigoroso de censura.

Neste aspecto, merece referência especial a preparação do chamado Plano Intercalar de Fomento de 1965/7 e também do III Plano (e último executado) que cobriu o período 1968/73, ou seja a derradeira fase da ditadura. Na preparação deste último, cerca de 2000 pessoas estiveram envolvidas na realização de estudos sobre diversos aspectos económicos e sociais da realidade portuguesa da época e importante documentação sobre a economia portuguesa, incluindo a colonial, foi então elaborada.

Merecem também aqui referência, como traços relevantes do sistema económico, a existência de empresas concessionárias e empresas participadas pelo Estado e o sistema de fiscalização dessas empresas.

O interesse do tema é duplo, no nosso contexto: por um lado, o carácter específico destes agentes económicos; por outro, o exemplo desta experiência, reveladora de limitada capacidade da Metrópole para exercer o desejado controlo da economia colonial.

Os quadros I, II e III referem-se a 1973 e foram elaborados depois da queda do regime ditatorial no âmbito duma comissão interministerial criada pelo Governo em 1974, presidida pelo autor, com o objectivo de analisar o universo das participações estatais herdadas do regime anterior.

Salta à vista a ausência duma estratégia coerente de participações do Estado, conforme foi reconhecido pela referida comissão. Mas, por outro lado, é assinalável a importância estratégica de algumas empresas com participação maioritária ou significativa do Estado: casos, por exemplo da Companhia de Celulose do Ultramar e da Companhia Mineira do Lobito.

Contudo, o ponto que nos interessa mais realçar refere-se à deficiente capacidade do poder central para definir estratégias correspondentes à dimensão dos problemas e, mais ainda, à exiguidade dos meios disponíveis para realizar qualquer estratégia.

É neste aspecto que se justifica referir a figura do «administrador por parte do Estado» e mais geralmente a débil tutela exercida pela administração central sobre as empresas coloniais.

O decreto-lei nº 41169, de 29 de Junho de 1957, reorganizou a então designada Inspeção Superior da Administração Colonial que passou a usar o termo «ultramarino» em lugar de «colonial», pretendendo-se com isso ajustar a linguagem, mas não a substância, às realidades do tempo.

O diploma atribuiu à referida inspecção, entre outras funções, «a fiscalização das empresas ultramarinas, através dos delegados do Governo, administradores por parte deste ou outras entidades representativas dos interesses do Estado junto daquelas empresas, em tudo o que não pertença à Presidência do Conselho».

Estas funções foram depois alargadas, em 1967, pelo decreto-lei 47743, onde designadamente se estabeleceu:

«A fiscalização das empresas ultramarinas concessionárias ou respectivas subconcessionárias destina-se principalmente a verificar se cumprem as disposições exaradas nos contratos celebrados com o Governo (...) e ainda de uma forma geral, se cumprem as leis, convenções ou tratados em vigor e as determinações do Governo».

Sobre as actividades desta Inspeção, reconheceu-se no relatório da referida comissão que «nos últimos trinta e oito anos a fiscalização da vida das empresas ultramarinas (...) nunca pertenceu a um departamento específico capaz de cobrir eficazmente os três domínios em que a mesma fiscalização deve desdobrar-se: jurídico-administrativo, contabilístico-financeiro e técnico-económico. Pelo contrário, ela foi entregue a organismos com vocação híbrida, ligados predominantemente a problemas de administração civil ou de índole política».

De notar que, face a um universo de cerca de sessenta empresas coloniais participadas ou concessionárias, a referida Inspeção do Ministério do Ultramar dispunha, e somente no período final do regime, de oito inspectores superiores. Estes factos exemplares não necessitam de mais comentários sobre a desproporção entre os meios e os objectivos pretendidos.

As apontadas características do regime de Salazar tinham, afinal, certos pontos de contacto com o seu opositor mais detestado, o sistema soviético: auto-centramento, centralização burocrática da economia, repúdio do capitalismo liberal. Mas a semelhança mais notável, vista a experiência com suficiente distanciamento temporal para permitir avaliação objectiva, é a tentativa de construir um sistema «à parte» do sistema capitalista mundial, e o seu final colapso por implosão mais do que por mortal agressão dos seus adversários. Este ponto tem alguma relevância na questão colonial, como já notámos e adiante retomaremos.

No que directamente respeita à economia colonial, há que destacar ainda o seguinte:

O poder político residia, sem ambiguidade, na capital da Metrópole e a autonomia dos governos coloniais era fortemente limitada. As tentativas de descentralização do poder no tempo do regime republicano não tinham sido bem sucedidas, em particular no campo financeiro, e a ditadura cedo as anulou. Tal como na Metrópole, Salazar deu prioridade à gestão equilibrada e prudente das finanças públicas nas colónias.

Na prática, e até ao período final dos anos 60/70, com o eclodir das lutas de libertação e a acentuação de um clima internacional hostil, pode dizer-se que as colónias, em geral, apenas puderam contar com os seus próprios recursos para financiar o seu desenvolvimento, eventualmente apoiados por empréstimos da Metrópole ou investimentos estrangeiros em escala limitada.

Em termos de especialização produtiva, as colónias deveriam produzir, em geral, produtos alimentares ou matérias primas que servissem a indústria metropolitana. Esta, por sua vez, abasteceria as colónias, quanto possível, em produtos manufacturados. A industrialização das colónias, no domínio dos princípios, só é verdadeiramente aceite já no período final do regime, particularmente em Angola e Moçambique, nas condições que oportunamente referiremos.

O tipo de «divisão do trabalho» existente entre a Metrópole e as colónias, nas vésperas do começo das guerras de libertação pode avaliar-se nos Quadros III e IV.

Algodão em rama, açúcar de cana e café contavam para mais de 60% das importações metropolitanas das colónias. Incluindo produtos tais como amendoim, coconote e copra, chega-se a três quartos do valor daquelas importações.

As exportações metropolitanas, por sua vez, eram próprias de uma metrópole insuficientemente desenvolvida para esse mesmo papel: os tecidos de algodão e os vinhos, os maiores produtos de exportação, representavam cerca de um terço das exportações.

No entanto, era decisiva a importância do mercado colonial para algumas exportações industriais da Metrópole, quer tradicionais como têxteis de algodão e calçado, quer «modernas» como máquinas e material eléctrico.

Há mesmo um curto período em que simultaneamente se acelera o crescimento económico da Metrópole e das colónias, sobretudo de Angola, e em que se esboça um novo tipo de «divisão de trabalho»: aumenta a procura de produtos industriais das colónias e assume relativo relevo a exportação de produtos industriais não tradicionais para a África (Quadro V). A parte das colónias na exportação desses produtos da Metrópole atinge 43% em 1958/60, e o valor dessa exportação multiplica por 2,6 na década 1948/59-1958/60. Todavia, essa percentagem já tinha baixado para 30% em 1963/65.

O que então se desenha é um processo conjugado de industrialização na Metrópole e nalgumas colónias, em correspondência sobretudo com um tardio — em termos de calendário colonial — desenvolvimento económico de Angola e Moçambique, paradoxalmente coincidente com o surto das guerras coloniais nesses territórios. A década dos anos 60 é o período decisivo do futuro relacionamento entre os componentes do projectado «mercado único português»: enquanto a envolvente política e ideológica cada vez mais hostiliza a política colonial do regime, a economia portuguesa exibe um

conflito que se tornará insustentável entre uma integração formal e real no quadro europeu e uma integração euro-africana que o poder político pretende prosseguir contra todos os obstáculos internos e externos.

No caso de Angola e Moçambique, no entanto, a verdade é que, em termos puramente macroeconómicos, nenhuma dessas economias voltou, até à data, a atravessar um período de crescimento comparável no período pós-colonial. E, particularmente, no caso de Angola, as capacidades produtivas criadas no período final da presença colonial portuguesa ficaram depois da independência, em larga medida, ociosas e, posteriormente, inutilizáveis, quer por força da ruptura das relações económicas com Portugal, posteriormente à independência, quer como resultado das dramáticas vicissitudes que os novos países africanos da África Austral sofreram logo após o seu nascimento.

Globalmente, a Metrópole exportava mais do que importava das colónias, o que significou — no âmbito do funcionamento da chamada «zona do escudo» — um considerável apoio em meios de pagamento sobre o exterior concedido pelas colónias à Metrópole. Isto contribuiu para que a economia portuguesa, no contexto da Europa Meridional, exibisse invulgar desafoço na sua balança de pagamentos (Quadro VI): na verdade, tratava-se de um entesouramento de ouro e divisas que permitiria sem dificuldades de pagamentos externos acelerar o crescimento económico português, caso o poder político visasse tal objectivo.

Aliás, quando a ditadura portuguesa soçobra em 1974, ainda o Banco de Portugal dispunha de reservas suficientes para cobrir cerca de 16 meses de importações, pecúlio que efectivamente serviu para de algum modo financiar o período de completa desregulação da economia em 1974/75, e adiar medidas rigorosas de austeridade, só aplicadas cerca de uma década depois da queda do regime de Salazar e Caetano.

Foi calculado, para o período 1964/70, que a contribuição das colónias para o financiamento da balança de pagamentos de Portugal andou por 7% das importações do estrangeiro no período ou 20% do valor das máquinas e material de transporte importados no mesmo período (Rocha, 1977). Mas, embora não sejam disponíveis estatísticas relevantes para este propósito antes de 1964, é crível que a proporção tenha sido superior em anos anteriores.

A tendência dominante, no longo prazo, foi todavia no sentido oposto à intenção da política oficial, isto é, traduziu-se na progressiva des-integração económica da Metrópole e das colónias: entre 1960 e 1973, o peso das colónias nas importações metropolitanas baixou de 14,4% para 10% e nas exportações a redução foi de 25,6 para 14,8% (Silva Lopes, 1996). Mas esta tendência ainda se acentuou fortemente depois da independência das colónias, como observaremos mais adiante.

Nesta matéria, justifica-se uma referência ao sistema de pagamentos que vigorou na chamada zona do escudo: como salienta Silva Lopes, o sistema

enfermou de um defeito de concepção que depressa o tornou inviável. Com paridades fixas entre o escudo e as diferentes moedas territoriais, as colónias acumularam débitos em relação à Metrópole. Não havendo câmbios flexíveis nem se dispozo de outros mecanismos de ajustamento praticáveis, tornou-se indispensável um processo de racionamento de divisas e a acumulação de «atrasados» nas contas de algumas colónias, facto que contribuiu para dificultar, em lugar de facilitar como era desejado, o comércio entre os componentes da zona do escudo.

Deve, por outro lado, acentuar-se que apesar de a política oficial ser sempre a favor da integração económica entre a metrópole e as colónias, o grau de dependência comercial das grandes colónias portuguesas em relação à metrópole era já o menor das colónias africanas em 1949, o que sem dúvida traduz o subdesenvolvimento de Portugal em relação às outras metrópoles coloniais da época (Quadro VII).

Sintetizando a análise anteriormente esboçada, e procurando interpretar a trajetória do capitalismo português em África, no tempo que durou a ditadura estruturada por Salazar, e que poucos anos sobreviveu à sua morte, pode dizer-se que os «ventos da História» triunfaram, embora o projecto europeu africano do ditador tivesse longamente resistido, identificando-se com uma «anomalia do calendário» português tomando por referência a envolvente histórica da época. É flagrante o predomínio da corrente histórica mais profunda — a integração periférica de Portugal na Europa — sobre o projecto voluntarista de integração euro-africana, que deveria fundar-se na hegemonia de uma metrópole não só de pequena dimensão como também de reduzido nível de desenvolvimento económico no contexto do Ocidente europeu.

Após este breve panorama introdutório, interessa-nos considerar mais de perto a economia colonial portuguesa em África, nas suas diversas componentes territoriais, concentrando a análise na fase final da sua trajetória, isto é, na situação em que se encontravam nas vésperas da independência. O nosso objectivo principal é agora descrever não o ponto de partida da política colonial do regime político português da época, nem o seu trajecto, mas antes a sua fase final e o ponto de chegada, que é por seu turno o ponto de partida dos novos estados africanos emergentes do seu colapso.

Iremos considerar separadamente as duas colónias da África Austral e as três restantes, de menores dimensões, da África Ocidental.

Teremos ocasião de constatar profundas diferenças, entre esses territórios, de estrutura económica bem como de níveis e dinâmicas de crescimento económico. Do mesmo modo quanto aos níveis de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) dos respectivos recursos humanos. E este subdesenvolvimento é provavelmente a mais pesada «herança colonial» que os governos dos estados recém-independentes tiveram de enfrentar.

No que toca a Angola e Moçambique iremos também referir orientações definidas no âmbito do III Plano de Fomento, respeitante ao período 1968/73,

certamente o documento oficial que, no período final do colonialismo português, melhor revela não só a análise que o poder fazia da situação nas colónias como também as intenções desse poder em matéria de desenvolvimento económico-social.

2. ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA ÁFRICA AUSTRAL

O CONTEXTO REGIONAL

As duas colónias portuguesas da África Austral faziam parte de um todo geográfico, também dotado de características comuns relevantes do ponto de vista político-económico, duas das quais são óbvias: o facto de Angola e Moçambique, sobretudo este, assegurarem a saída para o mar de territórios vizinhos, alguns sem esse acesso directo, e dessa forma integrarem os importantes recursos naturais dessas economias no mercado mundial; a proximidade da República da África do Sul, a economia de várias formas dominante, incluindo o papel desempenhado no mercado de trabalho da região.

Do que resulta, além do mais, que os dois territórios têm notável valor estratégico pelas suas infraestruturas de transportes: estas desempenham, ou podem desempenhar, papel determinante no funcionamento de uma economia regional vasta e rica em recursos naturais. E é verdade, também, que esta região apela para uma integração económica que valorize áreas, por assim dizer, naturalmente vocacionadas para um desenvolvimento complementar. Na linguagem tão comum nos anos de afirmação do emergente «Terceiro Mundo», também anos das lutas de libertação nas colónias portuguesas em África: trata-se de uma região onde faria todo o sentido a cooperação económica Sul-Sul (em lugar da relação predominante Norte-Sul) e alguma versão regional africana da estratégia de auto-centramento colectivo ou «collective self reliance».

Mas, mais profundamente, e numa perspectiva de longo prazo, retrospectiva e prospectiva, toda a África Austral deve ser posicionada e compreendida no âmbito da evolução do sistema mundial, designadamente segundo a metodologia analítica desenvolvida por Immanuel Wallerstein e os seus colaboradores, a chamada «world systems analysis» (ver, por exemplo, Martin e Wallerstein, 1986).

Em brevíssima síntese, pode dizer-se que a hegemonia britânica na região em declínio desde o princípio do século, quando a Grã Bretanha chega a envolver meio milhão de soldados na região! (Martin e Wallerstein, *op. cit.*) — é gradualmente ocupada por uma potência regional, a República da África do Sul (RAS), que todavia defronta poderosos adversários internos e externos enquanto se propõe seguir a política segregacionista do *apartheid*.

Na segunda metade deste século, comparativamente a outras áreas da economia mundial, na Ásia, na América Latina e na Europa, a África ocupa um lugar relativamente secundário nos confrontos entre grandes potências, facto que de algum modo traduz a própria marginalidade do continente africano no sistema mundial. E as potências coloniais europeias, com estratégias bem diversas de descolonização (no caso português, não houve em rigor política de «descolonização» mas antes colapso de um regime colonial) vêm-se acomodado com maior ou menor dificuldade à hegemonia norte-americana, todavia mais lenta em afirmar-se no continente africano, e por razões fáceis de entender.

Entre essas razões contou-se a reduzida influência directa da União Soviética, que só se afigurou por algum tempo ameaçadora no continente precisamente depois do colapso da ditadura portuguesa e das suas consequências em África.

Como sabemos hoje, se o racismo foi formalmente derrotado, os movimentos nacionalistas africanos também o foram de certo modo, pois viram-se forçados a rever em profundidade os seus objectivos estratégicos iniciais.

Estas circunstâncias próprias do subsistema mundial da África Austral têm sido determinantes, de várias formas e em várias épocas nos territórios em questão, embora Moçambique, até pela sua configuração geográfica, seja estruturalmente mais dependente da envolvente regional do que Angola.

Facto que, por sua vez, explicou a convivência ou cumplicidade da política colonial portuguesa em relação ao regime racista sul africano.

Todavia, como mostraremos mais adiante, pode afirmar-se que, na altura da sua independência, Angola oferecia condições internas relativamente favoráveis no contexto africano para a aplicação da estratégia de desenvolvimento que então se preconizava geralmente para os países do Terceiro Mundo, e que também era defendida pelos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África.

Tratava-se da então celebrada estratégia, de «confiança nas próprias forças», baseada na aliança entre operários e camponeses, visando a satisfação prioritária das necessidades básicas da população, em oposição ao «desenvolvimento do subdesenvolvimento», ou seja, o crescimento económico voltado para o exterior, numa economia estruturalmente desequilibrada.

Por outras palavras, ainda: tratava-se de assegurar um crescimento económico endógeno, gerado de dentro e para satisfazer as necessidades da população, em lugar de gerado do exterior, para corresponder a interesses alheios à nação em vias de se construir a si própria.

Isto é dizer que o novo estado «poderia» ter construído, pela via de um certo desenvolvimento «económico» a nação angolana oprimida no tempo colonial (sobre o complexo tema do relacionamento estado e nação ver a

análise de um autor africano que influenciou a ideologia dos movimentos de libertação africanos nos anos 60 e 70, Samir Amin, 1986).

Tal não aconteceu, por várias razões internas e externas a Angola, mas sem dúvida que as características da região, quando a RAS ainda era dominada por uma minoria branca favorável à política do *apartheid*, não favoreceria tal evolução.

No período colonial, e considerando a sua fase final após o termo da 2ª Guerra Mundial, pode dizer-se — de forma obviamente redutora mas, todavia, essencial — que a questão principal de região consiste em saber se é a minoria branca ou se é a maioria negra que controla o poder político na República da África do Sul. As consequências das duas hipóteses seriam evidentemente muito diversas em termos de cenários praticáveis para o desenvolvimento económico da região.

A questão que logicamente pode suceder a esta, mas só recentemente se coloca, é a de saber se essa maioria se mantém basicamente unida cu se fragmenta quando chamada ao exercício do poder, o que por outros termos significa inquirir da viabilidade a longo prazo do ANC como força política unida e maioritária.

Na época do *apartheid*, a economia sul-africana tinha características muito específicas: relativamente auto-centrada, mas de um dualismo extremo, assentava num mecanismo racista de exploração da força de trabalho da maioria negra (Murteira, 1990, Cap. VI). A segregação política espelhava-se na segregação económica, ficando a grande maioria negra da população praticamente excluída dos benefícios possíveis do crescimento económico. A generalização deste modelo económico à África Austral, hipótese que em certo momento pareceu possível, constituiria um cenário sinistro que Samir Amin designou por «1984», inspirando-se na famosa anti-utopia de George Orwell.

A economia da RAS mostrou, todavia, capacidade significativa de acumulação de capital e crescimento económico até ao momento em que o conflito social interno bloqueou definitivamente essa capacidade; é assim compreensível que autores sul africanos escrevem sobre a RAS que esta seria o «único país do mundo em que o seu empresariado se situava sempre à esquerda do seu governo» (Lascaris e Lipkin, 1996). Ou uma grande ETN como a Angloamerican cujos interesses não coincidiam com a política do *apartheid*, justamente por serem interesses globais e transnacionais.

Na realidade, a situação sul-africana podia caracterizar-se, antes do ANC conquistar o poder, por uma «desadequação» da esfera política à esfera económica, esta bloqueada no seu funcionamento por um conflito político tornado obsoleto.

Importa agora considerar mais de perto e separadamente alguns aspectos das trajetórias de Angola e Moçambique enquanto colónias portuguesas, sobretudo nas duas décadas finais do regime.

O nosso objectivo principal vai ser o de esboçar, ainda que de forma introdutória, o contexto económico em que surgem as independências das duas maiores colónias portuguesas, observando ao mesmo tempo as conjunções de «acaso e necessidade» que decidem os destinos dos povos, em momentos críticos do seu destino.

MOÇAMBIQUE

Interessa-nos referir, antes do mais e de forma muito abreviada, a génese dos limites geográficos de Moçambique.

As actuais fronteiras de Moçambique resultam de um tratado celebrado entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1891, depois do Congresso de Berlim (1884/85).

Dois terços do território foram então partilhados por três grandes companhias dominadas por capital estrangeiro:

A Companhia de Moçambique, fundada em 1888, explorou o território que actualmente corresponde às províncias de Manica e Sofala (uma área de cerca de 62 mil milhas quadradas). A concessão terminou em 1942.

A segunda companhia, do Niassa, foi fundada em 1891, e obteve 73 mil milhas quadradas na região Norte. A sua concessão terminou em 1929.

A Companhia da Zambézia ocupou parte dos distritos de Tete e Quelimane, e subcontratou a exploração agrícola à Sena Sugar (inglesa), a Boror (alemã) e a Madal (francesa).

Finalmente, a economia do terço restante ficou intimamente ligada à África do Sul: esta necessitava de mão-de-obra barata para a exploração mineira e de um porto bem localizado para a exportação dos minérios, ambas as coisas disponíveis em Moçambique.

Em 1927, só nas minas de ouro, trabalhavam mais de 100 mil moçambicanos. Em 1950, as estatísticas oficiais indicavam 175 mil trabalhadores moçambicanos legais na África do Sul, número todavia reduzido para cerca de metade em 1973 (Murteira, 1988, Alec e Barbara Isaacman, 1983).

É, com efeito, nos começos dos anos 50 que Moçambique atinge o auge como fornecedor de mão de obra dos territórios vizinhos, ao mesmo tempo que a linha férrea de Lourenço Marques expande rapidamente o seu tráfego regional (António José Telo, 1996).

Existiriam, em 1952, na África do Sul, cerca de 100 mil trabalhadores moçambicanos legais e de 120 a 150 mil ilegais; juntando cerca de 100 mil na Rodésia, atinge-se um total da ordem dos 350 mil moçambicanos emigrantes.

O que, do ponto de vista do poder colonial português, é uma considerável fonte de divisas para alimentar a capacidade de importação da Metrópole.

Em 1967, segundo Ruth First (assassinada em Maputo, em 1982, por meio de carta armadilhada enviada ao Centro de Estudos Africanos sediado nas instalações da Universidade Mondlane, na capital de Moçambique) nas três províncias do sul do País, o montante total pago aos mineiros era mais de oito vezes o valor da produção agrícola comercializada na região. Isto revela, na dupla condição de mineiro e trabalhador camponês, a dependência do moçambicano do Sul em relação ao trabalho migrante prestado na África do Sul.

O governo português recebia 60%, em ouro, dos salários devidos aos moçambicanos pelo seu trabalho nas minas da África do Sul. Essa parte era, posteriormente ao regresso a Moçambique, restituída ao trabalhador, em moeda local. É evidente que os lucros desta operação resultantes da eventual venda do ouro revertiam a favor do poder colonial.

Um regime semelhante foi acordado entre Portugal e a Rodésia do Sul em 1914. A Rodésia podia contratar até 25 mil trabalhadores por ano em Moçambique, tornando-se o caminho de ferro da Beira o principal meio de transporte para o seu comércio externo.

Em 1922, por sua vez, inaugurou-se o caminho de ferro entre a Niassalândia e a Beira. Em 1928, 90% da carga que transitou por aquele porto teve origem ou destino em territórios não portugueses (Murteira, 1988).

Depois do termo da Segunda Guerra Mundial e após complexas negociações, entre Portugal e a Grã-Bretanha (em representação da Rodésia e da Niassalândia) chega-se finalmente, em 1950, a um acordo sobre a utilização do porto da Beira sob controlo do governo português.

Por ironia do destino, são financiamentos ao abrigo do Plano Marshal que permitem dinamizar o desenvolvimento de infraestruturas em Moçambique, incluindo o corredor da Beira. Segundo o historiador António Telo, isso é possível em troca de um compromisso português, solicitado pelo governo norte-americano, de não fornecer mais urânio de Moçambique à França (Telo, *op. cit.*, p. 261). Tratava-se, do ponto de vista norte-americano, de evitar a disseminação do poder nuclear.

Foi, como já notámos, durante o regime de Salazar que se procurou reduzir a influência do capital estrangeiro na economia portuguesa, incluindo a economia colonial, e essa política também foi aplicada em Moçambique sem que, todavia, fossem superados os laços estruturais de dependência em relação à África do Sul.

Esses laços, afinal, perduraram até hoje e o breve interregno pós-independência, de cerca de dez anos, em que Moçambique integrava activamente a chamada linha da frente na luta contra o *apartheid* não superou essa dependência estrutural.

No regime colonial de Salazar, o poder político visava essencialmente dois objectivos no aproveitamento da força de trabalho dos moçambicanos:

a produção de matérias primas úteis à industrialização da Metrópole, de que o algodão que permitiu o grande surto da indústria têxtil algodoeira em Portugal é o exemplo lapidário; os ganhos em ouro e divisas que permitissem aumentar a capacidade de importar do estrangeiro.

Vejamos, para concluir esta descrição, como encarava, ao nível das intenções, o poder político da Metrópole o futuro desenvolvimento do país, na fase final do colonialismo português. Para isso, vamos considerar os objectivos do III Plano de Fomento para Moçambique, respeitante ao período 1968/73 (Volume IV, 1968 p. 57 e seguintes).

Começava-se por afirmar que esses objectivos «devem naturalmente, ser integrados nos objectivos genéricos definidos para todo o espaço português, de harmonia com as directivas definidas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos».

Reconhecia-se a necessidade do «alargamento do mercado interno», afirmando-se que «a existência de um sector moderno da economia, formado por uma fracção já significativa da população, com uma mentalidade receptiva ao progresso, mantendo contactos frequentes com os centros mais evoluídos, se por um lado revela problemas de dualismo económico e social, por outro lado deve ser encarado como um elemento precioso.»

Daqui decorria, além do mais, a necessidade do aumento substancial da produção e da produtividade do sector agro-silvo-pecuário, o que tornaria o plano para Moçambique congruente com um objectivo genérico do III Plano de Fomento, isto é, «a mais equitativa repartição dos rendimentos formados». Reconhecia-se, depois, que os grandes obstáculos respeitavam «ao capital financeiro, às divisas externas e aos quadros técnicos especializados».

Reveladoras eram as afirmações seguintes:

«Espera-se que uma das consequências de maior relevo a resultar da intensificação de actividades produtivas programada consistirá no povoamento espontâneo, que há posteriormente que estimular por medidas de apoio à produção e comercialização (*idem* p. 60)».

E ainda:

«Finalmente, a consolidação da unidade económica nacional exige que se conceda uma especial relevância aos investimentos ou modalidades de política que criem ou fortaleçam relações de interdependência ou de carácter complementar da economia das restantes parcelas do território português» (*ibidem*).

É claro o «modelo» económico e social subjacente a estas afirmações.

A retórica tecnocrata dos Planos de Fomento, embora fornecesse alguma informação preciosa sobre a realidade económico-social das colónias, passava obviamente ao lado das grandes questões que então se punham no tempo e no espaço da África.

ANGOLA

O caso de Angola, ainda que localizado na mesma grande região da África Austral, é significativamente diferente do de Moçambique: pela relação muito mais favorável entre população e recursos naturais; pela configuração mais compacta e equilibrada do território, na maior parte constituído por um planalto dotado de condições climáticas muito favoráveis para a ocupação humana, sobretudo se se atender à latitude em que se situa o espaço angolano; enfim, uma disponibilidade de recursos particularmente valorizados no comércio internacional, em determinados perfodos, como o café, o petróleo, os diamantes e o minério de ferro.

Estes últimos produtos, pela sua importância em Angola no tempo colonial — e também, num contexto muito diverso, depois da independência, no caso do petróleo e diamantes — justificam uma referência especial (Carlos Rocha Dilowla, 1978, Cornélio Caley, 1997).

A exploração de petróleo em Angola iniciou-se em 1955, em Benfica, sendo concessionário o grupo belga Petrofina. Novos jazigos foram então descobertos em Luanda, Cacuaco e Cabinda entre outros, tendo sido decidida a instalação de uma refinaria em Luanda, que viria a funcionar com uma capacidade de um milhão de toneladas.

Em 1957, constituiu-se uma nova companhia, a Petrangol, depois associada à Angol, uma filial da empresa portuguesa Sacor, que ficou concessionária da exploração de petróleo nas bacias do Kuanza e Congo. Em 1969, a Angol vendeu 25% à companhia americana Texaco, passando esta a operador da área marítima.

Em 1973, cerca de 90% do petróleo produzido por Angola provinha de Cabinda, onde a exploração fora concedida à empresa norte-americana Gulf Oil, através da filial Cabinda Gulf Oil (CABGOC).

A evolução das exportações de petróleo permite a este produto representar 30% das exportações do território em 1973, quando em 1969 contava apenas para 5%. A produção de petróleo mais do que triplica depois de 1969 até ao fim do período colonial.

Depois da independência, por seu turno, a produção volta a triplicar até 1992, sendo o sector responsável por 95% das receitas de exportação, das quais 60% constituem rendimento do Governo (Caley, 1997). Aliás, dificilmente teria sido viável o regime do MPLA, depois da independência e num clima de quase constante guerra civil com envolvimento externo, sem o seu domínio do enclave petrolífero na economia angolana.

Depois do petróleo, refira-se o outro precioso recurso natural de Angola, os diamantes, considerados da melhor qualidade à escala mundial, a seguir aos oriundos da Namíbia.

A Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG) foi fundada em 1917, com numeroso elenco de accionistas sendo o grupo belga o que possuía

a maior participação do capital (18%). O grupo português detinha 16%, dele fazendo parte vários bancos: Totta & Açores, Pinto Magalhães, Interconfinental Português, Nacional Ultramarino, Portugêus do Atlântico, FONSECAS & Burnay. A comercialização era efectuada pelo grupo De Beers que por essa via tinha papel fundamental na actividade da DIAMANG.

A empresa detinha o exclusivo da extracção de diamantes em cerca de 80% do território de Angola e possuía, de facto, um estatuto de companhia majestática no distrito de Lunda, zona da maior produção diamantífera do país. A DIAMANG era o poder real na Lunda, nos mais variados domínios, da educação à polícia, educação e agricultura.

Em 1971, a empresa cedeu parte da sua exploração — fora da Lunda e da Baixa do Kassange — a uma nova sociedade, a CONDIAMA (Consórcio Mineiro de Angola), cujo capital foi partilhado pela própria DIAMANG e pela De Beers. A sua actividade concentrou-se no distrito do Bié.

Outras sociedades para a exploração dos diamantes, mas de menor importância, foram constituídas no período final do regime colonial. Segundo Dilowla, trabalhavam na DIAMANG, em 1973, cerca de 24.800 pessoas, dos quais 20.000 seriam mineiros.

Angola chegou a ser o quarto produtor mundial de diamantes, com cerca de 4% da produção mundial. O valor das exportações atingiu um máximo, no tempo colonial, em 1970 representando por essa altura cerca de 20% das exportações totais do território. De salientar, todavia, a existência de um elevado contrabando de diamantes que, segundo estimativas precárias, poderia atingir valores próximos da totalidade dos valores das exportações legais.

Depois da independência, enquanto o petróleo foi o grande suporte financeiro do governo angolano, foram os diamantes que a UNITA de Savimbi mais cobiçou. Uma vez mais em África, por variados e às vezes dramáticos caminhos, são as rendas derivadas da posse de valiosos recursos naturais que sustentam em larga medida a chamada «classe política». Facto que, noutra perspectiva, também traduz o profundo subdesenvolvimento material e humano da região.

O minério de ferro chegou a constituir cerca de 12% das exportações de Angola, por volta de 1970, e ainda em 1973 eram extraídas cerca de 6 milhões de toneladas do minério, na sua maior parte nas minas de Kassinga, na região da Huila, sendo a maior exploração a da Jamba.

As minas pertenciam à Companhia Mineira do Lobito, fundada em 1929 por Sousa Machado, que obteve várias concessões importantes no território angolano para a exploração de minérios (com excepção de petróleo e diamantes). Porém, em 1969 o estado português já detinha a maioria do capital da empresa, juntamente com o governo de Angola, possuindo a família de Sousa Machado apenas 3% do capital (Dilowla, *op. cit.*).

A história da exploração mineira está em boa medida associada à história ferroviária de Angola.

A linha férrea colonial mais importante de Angola era a de Benguela, construída nos princípios deste século, com o objectivo principal de transportar minérios do Zaire, da região do Shaba e da «cintura de cobre» da Zâmbia. A Companhia do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), proprietária dessa linha, era controlada por capitais ingleses.

No final do tempo colonial, trabalhavam no CFB 11.250 empregados, incluindo as oficinas do Huambo. A linha férrea de Benguela estendia-se então por mais de mil e trezentos quilómetros, do Lobito ao rio Lau, na fronteira Leste do território, servindo cerca de trinta estações e quarenta apeadeiros.

Como descreve Carlos Dilowla, a linha de Benguela transportava: minérios de cobre, de estanho e radioactivos do Zaire (região do Shaba); cobre da Zâmbia; ferro do Kwima (Huambo): produtos agrícolas do planalto central, sobretudo milho; produtos manufacturados para o planalto central, para o Zaire e Zâmbia; peixe seco, sal e combustíveis para o interior.

Em 1973, os CFB transportaram 1.600 mil passageiros e cerca de 2.600 mil toneladas de carga.

Nessa data, porém, foi a linha de Moçâmedes que transportou maior volume de mercadorias, principalmente o minério de ferro de Kassinga. A linha, propriedade do estado, tinha 756 km de comprimento e ligava Moçâmedes a Serpa Pinto, (Menongue foi a designação que substituiu o nome português do tempo colonial).

Como seria de esperar numa economia colonial, as grandes infraestruturas de transporte destinavam-se a escoar os recursos em produtos primários para as rotas marítimas em direcção aos mercados importadores, permitindo ao mesmo tempo o acesso ao litoral dos países e territórios interiores. As populações locais e indígenas se não eram espectadores passivos desse processo de drenagem, serviam de elementos complementares desse mesmo processo.

Na fase final do período colonial, porém, Angola atravessa um período de rápido crescimento económico, em que se verifica um processo apreciável de industrialização, se considerado no contexto africano da época (Alves da Rocha, 1986, Rocha, Lourenço e Morais, 1977).

A impossibilidade de assegurar alguma continuidade deste crescimento (ao invés, destruindo-se o capital fixo recentemente investido), crescimento que teria de ser necessariamente reestruturado em novo quadro socio-económico depois da independência, é um facto de muito pesadas consequências para o futuro do jovem estado angolano.

Eis como o economista angolano Manuel Alves da Rocha descreve o funcionamento e a estrutura da economia angolana em 1974 (Rocha, 1986):

«A economia do país apresentava as características essenciais de uma economia colonial, embora com afloramentos de industrialização não vulgares, mesmo nos países que nesta altura já eram independentes. Economia desarticulada no seu interior economia em vias de formação — e articulada externamente via metrópole colonial. O sector tradicional de subsistência, maioritariamente populacionalmente, era o que maior participação detinha no PIB. O sector dos serviços (comércio, bancos e actividade do Estado) detinha a sua posição na estrutura interna da actividade económica e o sector industrial vinha-se afirmando, em particular o manufactureiro: cerca de 65% das necessidades em bens de consumo eram satisfeitas pela produção interna.

A lógica capitalista assegurava a ligação cidade-campo nos dois sentidos, garantindo/forçando o excedente camponês para consumo urbano (familiar ou industrial). O parque industrial da colónia é relativamente importante, guarnecido por cerca de 5.500 empresas industriais, principalmente de porte médio e pequeno. A lógica de acumulação de capital assentava, essencialmente, na valorização externa do excedente agrícola (café, algodão, milho, mandioca) do sector tradicional e do excedente do sector extractivo, de mão-de-obra intensiva. Este mecanismo era completado através do fornecimento de força de trabalho, a baixo preço, pelo sector tradicional ao sector moderno (capitalista), financiando desse modo a expansão capitalista da colónia pela via dos importantes excedentes de mão-de-obra em situação de subemprego ou desemprego oculto aí existentes. Esta engrenagem possibilitou que o sector capitalista em geral e industrial em particular realizasse uma massa substancial de lucros, base da acumulação privada de capital ocorrida na colónia. A apropriação privada dos vários excedentes pela burguesia colonial, aliada ao capital transnacional, limitou grandemente a extensificação da base produtiva do país, já que parte daquele excedente foi transferido para o exterior».

Segundo o recenseamento geral da população de 1970, a população de Angola era nessa data constituída por 5.250 mil negros, 280 mil brancos e 89 mil mestiços. A população da cidade de Luanda rondava o meio milhão de habitantes, dos quais cerca de 130 mil brancos. Se juntarmos a este quadro o afluxo de contingente militar português, numeroso a partir dos anos 60, além da imigração proveniente da Metrópole, fica-se com a ideia da possibilidade de uma expansão rápida do «mercado interno» para certos bens de consumo, facto que em parte explica o surto de crescimento industrial de Angola na fase final do regime colonial.

Na estrutura da produção industrial angolana da época, como seria de esperar, predominavam os bens de consumo: cerca de 70% do valor total da produção provinha das indústrias da alimentação e bebidas, têxteis, vestuário e calçado e diversas transformadoras. Em todo o caso, as indústrias metalúrgicas e mecânicas que representavam apenas 3% do valor da produção

industrial em 1966 já contavam para 11% desse valor em 1971 (Rocha, Lourenço e Morais, 1979).

O ponto que nos interessa aqui sublinhar é a simultaneidade do surto da guerra colonial com o arranque de um processo de crescimento económico e industrialização em Angola, processo relativamente «avangado» no calendário económico africano da época. É difícil evitar a imaginação do que «poderia ter sido» o desenvolvimento económico angolano se a independência política, antes e depois de formalmente conquistada, não tivesse sido acompanhada de tão trágicos conflitos, quer internos quer regionais. E a trágica experiência de Angola depois da independência, na sequência desse processo de crescimento no período final do colonialismo português, já se vê de características muito próprias, ajuda-nos também a compreender o contraste entre uma África «mal sucedida» e uma Ásia «bem sucedida».

Uma referência ainda, tal como fizemos no caso de Moçambique, à visão oficial do desenvolvimento de Angola no âmbito do III Plano de Fomento, no termo da época colonial.

A estratégia definida no Plano apontava em três direcções (Volume III, p. 289):

- «A intensificação, aliás já realidade, do aproveitamento dos recursos do subsolo para exportação e, sempre que economicamente possível e rentável para transformação local».
- «A melhoria da produtividade da agricultura (...) com vista a promover técnica e humanamente os agricultores tradicionais e a integrar as suas actividades na economia de mercado».
- «O fomento industrial que, não obstante a autonomia do seu carácter motor, terá de se apoiar no desenvolvimento das indústrias extractivas e da agricultura (...)».

Reconhecia-se que uma condição de realização dos objectivos prosseguidos consistia num esforço determinado «no sentido da projecção, a um ritmo ainda mais acelerado, do futuro da obra extraordinária de promoção social que vem sendo realizada nos mais diversos aspectos da população da província».

Na realidade, entre os seis objectivos então definidos para o III Plano de Fomento em Angola, o último enunciado consistia «na promoção a ritmo cada vez mais acelerado das populações».

Desta análise sumária de características das economias coloniais de Angola e Moçambique, destacamos o seguinte: os referidos territórios, no período em análise, sofreram afinal dois grandes tipos de condicionamentos externos, que em parte se apoiaram e em parte se opuseram.

Um foi resultante da política colonial da Metrópole, que visava um modelo de integração económica denominado a certa altura por «mercado único

português» modelo que, na realidade pouco devia à pura lógica da economia de mercado. Outro grande condicionamento foi consequência não da integração «de jure» ou formal, mas da integração real ou «de facto» num contexto regional específico, o da África Austral.

Com um intervalo de cerca de duas décadas, soçobram os dois poderes políticos que tinham sido dominantes em cada uma dessas esferas de influência, a ditadura portuguesa e o regime racista sul-africano.

No crepúsculo da primeira, assiste-se à fase de mais profundas transformações económicas nas duas colónias e, no caso de Angola, ao surto de um processo de crescimento económico de notável ritmo e escala para o contexto político em que se verificou. É certo, todavia, que algo teve de mudar nas linhas mestras da política colonial portuguesa da época, pelo menos em matéria de condicionamento de instalação de novas unidades industriais nessas colónias e de relacionamento com o capital estrangeiro.

Esse período coincide também com o de maior crescimento de grupos económicos metropolitanos, crescimento que tem a sua expressão nas colónias.

Como não seria possível manter por mais tempo o contexto político retrógrado de Portugal — já surpreendentemente prolongado como «anomalia do calendário» português de então — o crescimento económico (mais ainda o desenvolvimento) pós-colonial ficou adiado até que a envolvente política regional estabilizasse e permitisse, ao mesmo tempo, novas condições estruturais para a retoma do crescimento económico.

Retoma que parece finalmente possível no termo do séc. XX.

AS PEQUENAS COLÓNIAS DA ÁFRICA OCIDENTAL

As outras três colónias portuguesas da África Ocidental ficaram muito aquém de Angola e Moçambique no seu crescimento económico e no grau de industrialização. Este é praticamente nulo em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, se não considerarmos relevantes pequenas fábricas de conservas de atum ou óleo de amendoim ou, ainda, inaugurada pouco antes da independência, a fábrica de cerveja de Bissau, possivelmente projectada para satisfação do consumo do contingente militar aí instalado.

As três colónias tinham, todavia, pouca coisa em comum, no terreno económico, além do subdesenvolvimento geral. Mas tratava-se, na realidade, de modelos bem distintos de subdesenvolvimento colonial.

A economia de S. Tomé e Príncipe assentava nas roças (e, de certo modo, ao mesmo tempo simbólico e real, nalguns palacetes bem coloniais, para abrigo dos ricos proprietários portugueses, quando temporariamente residentes no território), ou seja, nas explorações tradicionais produtoras de cacau e, secundariamente, na cultura de um café de excelente qualidade. A economia

vivia assim dependente das cotações desses produtos no mercado mundial, sobretudo do cacau.

Aliás, na segunda metade dos anos 70, a seguir à independência, S. Tomé e Príncipe beneficia de um período de forte valorização internacional do cacau, que permite disfarçar por algum tempo não só a debilidade estrutural herdada do tempo colonial mas também a inépcia da gestão económica do jovem estado africano. Mas essa debilidade estrutural torna-se flagrante quando, nos começos dos anos 80, a quebra na cotação internacional do cacau se junta à redução do volume de produção e o país atravessa uma grave crise de pagamentos externos (Murteira, 1995, PNUD, *Projet n.º STP/84/U41*).

Milhares de caboverdeanos completavam a força de trabalho dos sãotomenses. Estes, ao contrário dos primeiros, eram considerados indolentes e pouco produtivos pelos colonos portugueses. Talvez por isso, mas talvez sobretudo por serem vítimas de uma longa tradição de escravatura, aprenderam a língua portuguesa numa proporção da população nativa superior à de qualquer outra colónia portuguesa no continente africano.

A Guiné era sobretudo um terreno pantanoso e doentio habitado por múltiplas etnias de usos e costumes ancestrais, um solo bom para arroz, caju e amendoim, percorrido por alguns rios que, na maré cheia, inundam grande parte do país.

A parte insular, o arquipélago de Bijagós e a ilha de Bolama — com curiosos vestígios históricos como um monumento oferecido por Mussolini em memória aos «caídos de Bolama», aviadores italianos ali falecidos ao tentarem a travessia do Atlântico Sul, e uma estátua do presidente americano Ulisses Grant — onde por algum tempo se instalou a capital, pouco tinha a ver com o resto.

Ainda a seguir à independência, as «tabancas» ou aldeias tradicionais dos nativos situavam-se num tempo histórico largos séculos anterior ao quadro cultural que motivava os dirigentes e militantes do movimento de libertação nacional. E, a fazer fé no testemunho que nos foi confiado por alguns desses dirigentes, ainda eram detectáveis, no tempo da luta de libertação, práticas rituais de antropofagia numa das múltiplas etnias do território, os felupes.

Mais recentemente, depois da libertação, podiam avistar-se, ao clarear da madrugada no rio Cacheu, pacíficas flotilhas de pirogas tripuladas por jovens pescadoras felupes.

Circunstâncias que, ainda hoje, fazem do país um fascinante laboratório-museu para a investigação antropológica.

Mas o que mais interessa salientar é o facto surpreendente de tal contexto socio-cultural ter sido berço de um dos movimentos africanos de libertação nacional de maior prestígio internacional nos 60 e 70, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC.

O principal dirigente do partido, assassinado em Conakry em Janeiro de 1973, o engenheiro agrónomo Amílcar Cabral, diplomado pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, foi provavelmente a maior figura de intelectual e leader revolucionário dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África. O seu projecto ambicioso de integração económica e política das duas colónias portuguesas relativamente próximas na geografia e na história merece uma especial referência, apesar de poucos anos ter resistido ao exercício unitário do poder nos dois novos estados.

As ilhas de Cabo Verde, desertas quando foram descobertas pelos portugueses em meados do séc. XV, distam umas centenas de quilómetros do cabo do mesmo nome na costa do Senegal.

Actualmente nove ilhas são habitadas, estando a maioria da população residente na maior delas, a de Santiago; as últimas a serem povoadas foram as ilhas do Sal e de S. Vicente já no séc. XIX. O apogeu desta última ilha associa-se à importância que o porto do Mindelo teve nas rotas marítimas na segunda metade do séc. XIX e parte da primeira metade do séc. XX. O movimento máximo de navios, segundo os registos do porto, ocorre em 1912, quando cerca de 1700 navios ancoram no Mindelo. Regista-se o facto para sublinhar a especial vocação de Cabo Verde como encruzilhada de rotas ou percursos de longa distância entre muito diversas regiões e culturas.

Mas a crónica porventura mais característica do arquipélago respeita às secas e fomes que periodicamente ameaçaram a sobrevivência da população: desgastadas pela erosão, carentes de água pela insuficiência e irregularidade das chuvas, as ilhas — com excepções pontuais localizadas em pequenas áreas — constituem um ambiente ecológico geralmente desfavorável à vida animal e vegetal.

Fome, emigração, dura luta pela sobrevivência, em particular a luta local das mulheres, já que são sobretudo os homens que emigram, são pois os grandes temas da existência do povo caboverdeano no tempo colonial.

Nesse tempo, era também mínima a integração «interna» do arquipélago. Esta só vem na realidade a verificar-se depois da independência, principalmente por via do desenvolvimento do transporte inter-ilhas, sobretudo aéreo, e também do próprio desenvolvimento de uma rede de transportes e comunicações intra-ilhas, rudimentar no tempo colonial. O que, ao menos em parte, explica a grande diferenciação socio-cultural entre as ilhas, que se junta à diferenciação no meio natural.

Tudo isto contribuiu para que Cabo Verde, ao conquistar a sua independência, fosse na realidade um mosaico de arquipélagos dentro de outro arquipélago, cada ilha constituída por núcleos populacionais relativamente isolados uns dos outros. E que, nalguns casos, como as cidades da Praia ou S. Vicente, os contactos das comunidades locais com as comunidades emigradas no estrangeiro predominassem sobre os contactos internos no seio da população residente em Cabo Verde.

E, todavia, existe uma identidade cultural muito rica do povo de Cabo Verde que se define por uma história própria de sociedade crioula, aberta a múltiplas influências culturais no seu próprio território e projectada por via da emigração em múltiplas «diásporas» na África, na América e na Europa.

A história de Cabo Verde e da Guiné Bissau está relacionada pelo tráfico de escravos que durante séculos ligou a costa da Guiné ao arquipélago, sobretudo até ao séc. XVII, quando Cabo Verde deixa de ocupar lugar estratégico na navegação do Atlântico e fica praticamente entregue à sua sorte, «self reliant» antes de tempo, por assim dizer, naufragado sob bandeira portuguesa em pleno oceano.

Por esta abreviada descrição se compreende a amplitude do ambicioso projecto de Amílcar Cabral: por um lado chamava à luta pela libertação nacional africana jovens e qualificados quadros caboverdeanos, plenos de dedicação a um ideal revolucionário que lhes dava outra e superior dimensão como homens; por outro lado, enriquecia uma colónia profundamente subdesenvolvida em termos materiais e humanos, a Guiné Bissau, com um potencial de dirigentes de qualidade muito superior à que se poderia esperar desse subdesenvolvimento.

Na realidade, porém, mesmo no tempo de Amílcar Cabral, a convivência entre os guerrilheiros caboverdeanos e guineenses nunca foi simples e fácil, e a própria morte de Amílcar parece ter sido consequência de rivalidades e tensões entre eles. Depois da independência, o golpe de estado de Nino Vieira — prestigiado combatente guineense da luta de libertação nacional — em Novembro de 1980, ainda se justifica, nos primeiros tempos, por um sentimento anti-caboverdeano.

De qualquer forma, estas três colónias portuguesas, depois da independência, emergem claramente como «países menos desenvolvidos», e recebem volumosa assistência externa das mais variadas origens, que em termos per capita é muito superior à média dos chamados «Least Developed Countries» (LDC), na classificação da ONU (Cf. Quadro VIII).

Separados de direito e de facto da antiga metrópole colonial, depois das independências, acomodam-se gradualmente a um sistema de tutela multilateral por parte dos países doadores da ajuda e sempre sob observação fiscalizadora dos organismos do sistema mundial apropriados para o efeito, isto é, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Todos eles ficam também associados à Comunidade Económica Europeia, por via das Convenções de Lomé, mas aquelas duas instituições são os mais poderosos instrumentos de controlo das políticas económicas nacionais.

Graças a uma gestão macroeconómica prudente, e apesar da extrema exiguidade de recursos naturais, também contando com volumosas remessas de emigrantes e uma generosa ajuda externa, Cabo Verde é de todas as ex-colónias portuguesas com estatuto de LDC (afinal, só Angola foi excepção

por causa do petróleo) a que gere mais tranquilamente as suas finanças internas e externas depois da independência.

O FIM DA ECONOMIA COLONIAL PORTUGUESA

O sistema colonial português desmoronou-se rapidamente, em 1974/75, arrastando consigo um regime político totalitário de quase meio século de existência. Esse colapso coincide com o período mais crítico do capitalismo ocidental no pós-guerra, período que é também de transição para um novo sistema de relações económicas internacionais apelando para novas concepções de política económica.

É evidente que o fim do colonialismo português não resultou de uma derrota militar mas de algo mais profundo e inapelável, uma derrota, digamos, no terreno da economia política da segunda metade do séc. XX.

Foi, afinal, um sistema totalmente incapaz de adaptação aos percursos circundantes da história.

É certo que as despesas militares contavam para cerca de 40% das despesas correntes do Estado e que o contingente militar, no anos 70, excedia 6% da população activa (Cf. Quadro IX). Aliás, a mobilização para as guerras coloniais, juntamente com o efeito da emigração legal e (sobretudo) clandestina para a Europa, tinham como consequência que a população residente em Portugal estivesse a diminuir no final dos anos 60, com desertificação de amplas zonas do interior do País (Murteira, 1974). Mas a questão principal residia na manifesta inviabilidade histórica de um projecto político e económico que de há muito perdera verosimilhança, para não falar de credibilidade.

Os novos estados africanos apresentam-se, alguns anos depois de conquistada a independência, com as características económicas e demográficas que constam do Quadro X. Pouco mais de vinte milhões de pessoas dispersas por cinco estados de língua oficial portuguesa, dois dos quais reunindo mais de 90% do total de habitantes, e que encetam o seu novo percurso com muitos baixos níveis de desenvolvimento humano (Cf. os *World Human Development Report*, da ONU), além dos baixos índices de desenvolvimento económico. Apesar de tudo, Cabo Verde apresenta, no aspecto do «desenvolvimento humano», um nível bem superior aos restantes, o que revela uma das especificidades dessa ex-colónia portuguesa em África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIR, SAMIN, «Estado, Nação, Etnia e minorias na crise», in *Economia e Socialismo*, n.º 69/70, Lisboa, 1986.
- AMIR, SAMIN, *Itinéraire spirituel*, L'Harmattan, Paris, 1993
- AMIR, SAMIN, *La déconnexion — pour sortir du système mondial*, La Découverte, Paris, 1989.
- CLARENCE-SMITH, W. G., *The Third Portuguese Empire 1825-1974 — a study in economic imperialism*, Manchester University Press, Manchester, 1985.
- DILOWLA, CARLOS ROCHA, *Contribuição à História Económica de Angola*, Luanda, 1978.
- FERREIRA, MANUEL ENNES, «Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)», in *Análise Social*, Vol. XXIX, 1994-5.º.
- ISAACMAN, ALLEN e BARBARA, *Mozambique: from Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Westview Press, Boulder, Colorado, 1983.
- LASCARIS, REG e LIPKIN, MIKE, *Revelling in the wild*, Human & Rousseau, Cidade do Cabo, 1996
- LEITE, JOANA PEREIRA, «La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte colonial et industrialisation du colonialisme portugais aux réseaux informel de sujetion marchande — 1930-74», Tese de doutoramento EHESS, Paris, 1989.
- LOPES, JOSÉ DA SILVA, *A economia portuguesa desde 1960*, Gradiva, Lisboa, 1996.
- MURTEIRA, MÁRIO e MARIA ODETE VITAL, *Perspectivas do desenvolvimento industrial português*, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Lisboa, 1962.
- MURTEIRA, MÁRIO, «Um panorama sobre a evolução das economias africanas de expressão oficial portuguesas», in *Economia e Socialismo*, n.º 60, Janeiro-Março, 1960.
- MURTEIRA, MÁRIO, *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, 2.ª Ed., Editorial Presença, Lisboa 1990.
- MURTEIRA, MÁRIO, *O problema do desenvolvimento português*, Moraes, Lisboa, 1974.
- MURTEIRA, MÁRIO, *Os estados de língua portuguesa na economia mundial*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- MOZAMBIQUE 1937-197: «Bilan de l'évolution de l'économie d'exportation. Quelques réflexions sur la nature du «Pacte colonial»», in *Estudos de Economia*, Vol. XIII, n.º 4, Julho, Setembro, 1993, Lisboa.
- NEWITT, MALYN, *Portugal in Africa. The last Hundred Years*, C. Hurst & Co, Londres, 1981.
- REIS, ELIZABETH, «Empresariados nacionais na África Lusófona — Uma análise empírica», in *Economia Global e Gestão*, 1/96, Lisboa.

ROCHA, EDGAR, «Portugal, anos 60: crescimento económico e relações com as colónias», in *Análise Social*, segunda série, volume XIII, 1977-3º.

ROCHA, MANUEL ALVES DA, LOURENÇO, NELSON e MORAIS, ARMANDO, «Angola nas vésperas da independência», in *Economia e Socialismo*, nº 36, 37 e 38, 1978.

SANTOS, AMÉRICO RAMOS DOS, «Monopólios, capital financeiro e especulação: cinco anos de marcelismo», in *Economia e Socialismo*, nº 17, Agosto de 1977, Lisboa.

TELO, ANTÓNIO JOSÉ, *Economia e Império no Portugal contemporâneo*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

VALENTIM, ALEXANDRE, «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo» in *Análise Social*, Vol. XXVIII, nº 123-124, Lisboa, 1997.

VALENTIM, ALEXANDRE, *Origens do colonialismo português moderno*, Sá da Costa, Lisboa, 1979.

VÁRIOS AUTORES, *A formação da Nação nos Cinco*, INEP, Bissau, 1986.

WALLERSTEIN, IMMANUEL e MARTIN, W. W. G., «A África Austral na Economia-Mundo, 1870-2000», in *Economia e Socialismo*, nº 69/70, 1986.

Quadro I: Empresas coloniais com participação maioritária do Estado (1973)

Sector	Denominação	Capital (contos)	Participação do Estado	
			%	Entidade
Agricultura	Companhia da Ilha de S. Tomé	1.000	100	BNU
	Sociedade de Fomento Quitcuchi	100.000	8,8 8,5	BA BF
Silvicultura	Caju Industrial de Moçambique	14.000	51,6	BNU
	Sociedade dos Armadores de Pesca em Angola	30.000	13,18 11,37	BA Grémio dos Armadores de Pesca do Arrasto;
Pesca			33,1	SNAPA-Soc. Nac. dos Armadores de Pesca do Arrasto
Papel	Companhia de Celulose do Ultramar Português	325.000	28,5 28,5	BA BF
Caminhos de Ferro	Trans Zambézia Railways Company	...	93	...
Transportes Marítimos	Companhia de Pescas e Congelamento de Cabo Verde CONGEL	50.000	60	...
Serviços	Soc. Moçambicana de Adm. e Gestão de Bens-S.A.R.L.	37.500	100	BNU
	Soc. Ultramarina de Emp. Imobiliárias S.A.R.L.-SULEI	1.000	100	BNU
Actividades mal definidas	SAFRIQUE-Soc. Safaris de Moçambique S.A.R.L.	18.000	86,5	BNU
	a) Delegado Cardoso	...	67,9	BA
	b) Soc. Ind. Ultramarina BISSAU	3.400	92,94	BNU
	c) Sofil-Soc. Fomento Imperial	25.120	56,0	BNU
	d) Companhia de Cabinda	42.000	36,28 19,5 1,79	CGD BF BA

Siglas:

BNU - Banco Nacional Ultramarino

BA - Banco de Angola

BF - Banco de Fomento

CGD - Caixa Geral de Depósitos

Fonte: Relatório do grupo de trabalho interministerial sobre participações do Estado, Fevereiro de 1975.

Quadro II: Algumas empresas coloniais participadas pelo Estado Português em 1973 (10% pelo menos)

Designação	Participação do Estado
Companhia de Petróleos de Angola - PETRANGOL.....	O Estado detinha 300.000 acções
ESSO Exploration, Guiné Inc.....	O Estado detinha 3.000 acções
ESSO Exploration and Production Angola.....	20%
Mozambique Armoco Oil Company.....	O Estado detinha 12.000 acções
Mozambique Gulf Oil Company.....	Idem
Empresa de Cobre de Angola.....	10%
Empresa Mineira do Alto do Lijonha.....	10%
Explorações Mineiras Africanas.....	10%
Companhia Mineira do Lobito.....	41,8%
Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial.....	19,3%
Sociedade Angolana de Tecidos Estampados - SATEC.....	20%
Companhia do Alumínio Português de Angola.....	10,18%
Sociedade Portuguesa de Lapação de Diamantes.....	13,2%
Hidroeléctrica Alto Catambela.....	31,8%
Sociedade Hidroeléctrica do Revuê.....	36,7%
Sociedade Nacional de Estudos e Empreendimentos Ultramarinos - SONEFE.....	10%
EME - Emp. Moçambicana de Empreitadas.....	30%
Soc. Comercial Ultramarina.....	43%
Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela.....	10%
Companhia de Iniciativas Económicas Ultramarinas.....	33,3%
PROESA.....	20%

Fonte: Relatório do grupo de trabalho interministerial sobre participações do Estado, Fevereiro de 1975.

Quadro III: Principais importações das colónias em 1959/60

Produtos	1959		1960	
	% em relação ao total importado das colónias	% em relação à importação total	% em relação ao total importado das colónias	% em relação à importação total
Algodão em rama.....	31,6	69,6	38,2	82,8
Açúcar em cana.....	20,1	93,4	19,1	93,5
Sementes e frutos oleginosos*.....	14,5	92,9	11,1	69,3
Café.....	9,2	99,9	6,8	100
TOTAL	75,4	—	75,2	—

* Principalmente amendoim, coconote e copra.

Fonte: Maria Odete Vital e Mário Murteira, «Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português», *Estudo n.º 9*, INII, p. 78.

Quadro IV: Principais exportações para as colónias em 1959/60

Produtos	1959		1960	
	% em relação ao total das exportações para as colónias	% em relação ao total das exportações	% em relação ao total das exportações para as colónias	% em relação ao total das exportações do produto considerado
Tecidos e algodão.....	22,8	70,2	20,7	47,6
Vinhos.....	10,5	34,5	11,1	36,9
Máquinas para fins industriais.....	4,0	78,6	5,4	73,6
Ferro ou aço em obra.....	3,9	86,6	3,7	86,9
Pneus e câmaras de ar.....	3,4	99,1	5,8	98,9
Embarcações.....	3,3	99,1	—	35,3
Óleos combustíveis.....	2,8	43,4	1,2	18,3
Calçado.....	2,7	95,5	2,7	95,2
Material eléctrico diverso.....	2,3	98,9	2,0	99,7
Azeite de oliveira.....	2,2	81,3	2,7	78,9
TOTAL	57,9	—	55,3	—

Fonte: Maria Odete Vital e Mário Murteira, «Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português», *Estudos n.º 9*, INII, p. 78.

Quadro V: Evolução das exportações para as colónias de produtos das indústrias "modernas"
(Crescimento no valor entre 1948/50 e 1958/60 e repartição percentual em 1958/60)

Sectores Industriais	Total das Exportações (1948/50 = 100)	Exportações para as Colónias (1948/50 = 100)	% das Exportações para as Colónias
Minerais não metálicos	151	116	46
Papel e artigos de papel.....	801	391	23
Ind. químicas.....	181	394	24
Produtos metálicos	215	199	79
Material de transporte.....	155	503	96
Máquinas e material eléctrico..	351	385	81
Total	206	259	43*

* Esta percentagem baixou para 30% em 1963/65. Cf. Mário Murteira, «O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico», in *Portugal, anos 70*, Moraes, 1970

Fonte: M. O. Vital e Murteira, *op. cit.*, p. 120.

Quadro VI: Meios de pagamento internacionais dos Países da Europa Meridional (1958)

	Meses de Importações cobertos pelas Reservas Disponíveis
Grécia.....	4
Portugal.....	18
Espanha.....	1
Turquia.....	11

Fonte: «Étude sur le situation économique de l'Europe en 1959», ONU, Cap. VIII, p. 2.

Quadro VII: Comércio das colónias africanas com as metrópoles (1949)

	Importação (% total)	Exportação (% total)	Imp + Exp
BÉLGICA ^{a)}			
Congo Belga, Ruanda Urundi.....	39,3	46,3	85,6
FRANÇA			
Argélia.....	77,5	76,2	153,7
Camarões.....	72,9	77,6	150,5
África Equatorial			
Francesa	64,2	76,0	140,2
Tongo.....	69,2	79,0	148,2
África Ocidental			
Francesa	68,7	78,5	147,2
Madagascar	74,4	80,1	154,5
Marrocos	58,5	49,7	108,2
Reunião	60,2	58,8	119,0
Tunísia.....	73,9	47,6	121,5
REINO UNIDO			
Sudão.....	33,1	67,6	100,7
Costa do Ouro.....	59,8	32,9	92,7
Quênia-Uganda.....	52,3	28,8	81,1
Nigéria.....	65,1	82,4	147,5
Rodésia do Norte.....	34,2	56,8	91,0
Niassalândia.....	55,3	79,6	134,9
Serra Leoa.....	63,7	36,7	100,4
Tanganica.....	57,2	41,1	98,3
PORTUGAL			
Angola.....	45,5	33,6	79,1
Moçambique	29,7	38,0	67,7

^{a)} Comércio com a Benelux

Fonte: M. Murteira, «Perspectivas do Desenvolvimento de Angola», 1956 (trabalho não publicado). Os dados foram extraídos de estatísticas da ONU.

Quadro VIII: Ajuda externa a Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe

	Conjunto dos LDC*	Guiné-Bissau	Cabo Verde	S. Tomé e Príncipe
Ajuda externa per capita**				
Média 1980/82.....	23,6	77,9	191,6	76,2
Média 1983/85.....	23,6	69,2	208,3	131,4
Dívida externa				
% dívida/PIB (1984).....	49	99	77	80
% serviço dívida/exportação (1984).....	22	40	120	10

* Least Developed Countries

** em dólares

Fonte: UNCTAD, Mário Murteira, «Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial», Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 189

Quadro IX: Indicadores Económicos da Guerra Colonial

Despesa Militar	
(em % do PIB cf)	(1955/60) 3,98 (1961/70) 7,55
(em % das despesas do Estado)	(1961/70) 39,6
Contingente Militar	
(em % da população activa)	(1960) 0,7 (1965) 4,4 (1970) 6,2

Fonte: Edgar Rocha, «Portugal nos anos 60: crescimento económico e relações com as colónias», *Análise Social*, Vol XIII - 1977, 3º.

Quadro X: Indicadores económico-sociais das ex-colónias portuguesas em África a seguir às independências

	População (milhares)	Área (Km ²)	PIB (milhões de dólares)	Emprego na agricultura (%)	Exportações em % das importações ²	Taxa de analfabetismo ³
Cabo Verde	296	4030	109	56	5	65
Guiné-Bissau	810	36120	154	82	31	85
Angola	7300	1246700	3769	57	81	73
Moçambique	12130	783030	2805	63	52	73
S. Tomé e Príncipe	113	960	60	—	171	—

¹ Os dados referem-se a 1980 ou ano próximo e foram extraídos de fontes nacionais ou da ONU

² Média 1978/80

³ Média 1975/80

Fonte: «Economia Política da África de expressão oficial portuguesa», *Economia e Socialismo*, nº 60, Janeiro-Março 1984 (artigos de Mário Murteira e A. Ramos dos Santos)